TRABALHO E MORADIA: O CASO DAS ÁREAS DE EXPANSÃO PORTUÁRIA DO PORTO DO RIO GRANDE- RS

WORK AND HOUSING: THE CASE OF THE AREAS OF PORT EXPANSION OF THE PORT OF RIO GRANDE - RS

Andressa Cristiane Colvara Almeida¹

João Batista Flores Teixeira²

Susana Maria Veleda da Silva³

RESUMO

O artigo tem como recorte espacial as áreas sujeitas ao processo de organização e expansão do Porto do Rio Grande-RS. A partir de 2007, o processo de reorganização do Porto dá continuidade à ampliação de suas atividades em direção à Vila Mangureira, à Barra Nova, à Barra Velha, ao bairro Santa Tereza e ao bairro Getúlio Vargas. Todas estas localidades são contíguas ou próximas às áreas portuárias e possui um total de 1.901 domicílios com 5.729 moradores que enfrentam a possibilidade de remoção de suas casas, o que poderá acarretar modificações na rotina familiar, principalmente no que se refere ao trabalho. Indagamos sobre qual o perfil ocupacional dos trabalhadores e qual a relação entre o trabalho e o local de moradia. O objetivo do artigo é caracterizar as áreas com relação a escolaridade; ao número de filhos; a renda e a situação de trabalho por sexo dos moradores e verificar sua relação com os locais de moradia. A metodologia utilizada consiste na tabulação dos indicadores coletados pelo banco de dados

¹ Graduanda em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul. E-mail: andressacolvara@yahoo.com.br ou andressacolvara@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2395260633729856>

² Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul. E-mail: joao_sambora@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4277503711447327>

³ Doutorado em Geografia Humana pela Universitat Autònoma de Barcelona / UAB (2004). Professora de Geografia no Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Rio Grande, Rio Grande do Sul. Em 2012 realiza Pós-doutorado na Universidad Autònoma de Barcelona, como bolsista da CAPES. E-mail: sucasilva@yahoo.com.br ou susanasilva@furg.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1523240119086189>

do Núcleo de Análises Urbanas (NAU) da FURG e a interpretação a partir dos dois circuitos da economia de Milton Santos e as relações de gênero. A análise dos dados demonstra que grande parte dos moradores trabalha nas áreas ou em locais próximos e depende da localidade onde mora para manter-se no emprego. Indicadores sociais selecionados apontam para situações semelhantes em todas as áreas: baixa escolaridade, situação de trabalho precário e baixa renda familiar.

Palavras chave: áreas de expansão portuária; trabalho; gênero; circuitos da economia urbana.

ABSTRACT

The paper is cut space areas subjected to the organization and expansion of the Port of Rio Grande - RS. From 2007, the reorganization of the Port continues to expand its activities towards the Vila da Mangueira, the Barra Nova, the Barra Velha, district Santa Tereza neighborhood and the Getúlio Vargas. All these locations are adjacent to or near port area and have a total of 1901 households with 5729 inhabitants facing the possibility of removal from their homes, which may lead to changes in family routine, especially when it comes to work. Asked what the occupational profile of workers and what the relationship between work and place of residence. The aim of this paper is to characterize areas with respect to education, the number of children, income and employment status by sex of the residents and verify its relationship with the place of residence. The methodology consists in the tabulation of indicators collected by the data base of the Núcleo de Análises Urbanas (NAU) and the interpretation of FURG from the two circuits of the economy of Milton Santos and gender relations. Data analysis shows that most residents work in areas or in places near and depend on the location where they live to keep the job. Selected social indicators point to similar situations in all areas: poor education, poor employment status and low family income.

Key-words: port expansion areas; work; gender; circuits of urban economy.

Introdução

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Rio Grande (RG), município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul (RS), possui uma população de 197.228 pessoas, sendo 102.245 mulheres e 94.983 homens. O município passa, desde 2007, por transformações econômicas e sócio-espaciais oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a implementação de um Polo Naval, com empreendimentos privados na área industrial e na construção civil, bem como de investimentos públicos, especialmente projetos de habitação e saneamento.

As transformações econômicas podem ser demonstradas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, pois, comparativamente ao do estado (RS) no período de 2005 a 2009, o município apresenta um incremento significativo. Em 2005 o PIB *per capita* do Rio Grande era R\$15.432,00 e o do RS de R\$13.298,00; em 2007, R\$22.857,00 e R\$16.689,00; em 2008, R\$27.624,00 e R\$18.378,00 e em 2009, R\$31.990,00 e R\$19.778,00 respectivamente.⁴ As transformações sócio-espaciais podem ser identificadas pelo processo de reorganização do Porto do Rio Grande, o qual dá continuidade à ampliação de suas atividades em direção à Barra Velha, à Barra Nova, à Vila Mangueira, ao bairro Santa Tereza e ao bairro Getúlio Vargas (BGV)⁵. Todas estas localidades são contíguas ou próximas às áreas portuárias e foram ocupadas por parcelas da população de baixa renda em diferentes momentos do crescimento do município. População que ainda hoje enfrenta a possibilidade de remoção de suas casas, o que poderá acarretar modificações na rotina familiar, principalmente no que se refere ao trabalho. Isso porque grande parte dos moradores trabalha em locais próximos a estas áreas e depende da localidade onde moram para manter-se no emprego.

A relação entre grandes projetos de escalas nacional e/ou estadual e a situação de moradia e trabalho nas áreas afetadas por estes projetos constitui-se ponto de questionamento. O objetivo do artigo⁶ é caracterizar as áreas com relação à escolaridade; à renda familiar; à ocupação e ao número de filhos residentes no domicílio, por sexo dos moradores, relacionando com os locais de moradia, a fim de problematizar as consequências de tais modificações às famílias estabelecidas nas áreas em questão.

Os dados foram coletados do banco de dados do Núcleo de Análises Urbanas (NAU/FURG) que, em 2007, deu início à realização de um levantamento socioeconômico, com aplicação de um questionário para cada moradia, com o objetivo de conhecer a situação das áreas passíveis de remoção. Foi utilizado um questionário fechado, com as seguintes seções:

⁴ Fundação de Economia e Estatística (FEE), PIB dos Municípios do RS, Séries Históricas, diversos anos.

⁵ Não é parte deste estudo a área conhecida como Barraquinhas, situada no chamado Superporto nas proximidades da rodovia BR-392. Para saber sobre esta área ver CARDOSO, 2010/2011

⁶ O artigo é parte do projeto de pesquisa Trabalho feminino: o caso do processo de expansão nas áreas Portuárias do Porto de Rio Grande (RS) – NAU/FURG, 2010-2011.

dados pessoais; dados dos familiares; trabalho e renda da família; características do domicílio e infraestrutura básica. As ocupações e os indicadores analisados no artigo referem-se aos 1.761 moradores que responderam o questionário socioeconômico⁷.

A metodologia utilizada consistiu na tabulação dos dados e na interpretação dos resultados utilizando os dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (1979) e as relações de gênero como elementos possíveis de explicação.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira iniciamos com uma breve discussão sobre os circuitos da economia urbana e as relações de gênero. Na segunda parte, apresentamos uma geografia das áreas considerando os indicadores selecionados e destacamos a área do BGV a partir das chefias familiares. E, na terceira, tecemos as considerações finais.

1. Elementos teóricos para uma possibilidade de explicação.

Em 1979, Milton Santos, com o objetivo de contribuir “na busca por uma teoria do espaço e da urbanização”, publica o livro *O Espaço Dividido*. O esforço era para “analisar o impacto da modernização tecnológica sobre o espaço do Terceiro Mundo” (SANTOS, 2008, p. 11). A ideia básica de que o espaço urbano é afetado pelas disparidades de renda, tanto geográficas como individuais, que tornam a produção, a distribuição e o consumo seletivos, se consubstancia em dois subsistemas: “circuito superior” ou “moderno” e “circuito inferior”. “O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica” e exige capital intensivo (SANTOS, 2008). “O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres” (p. 22). Enquanto o circuito superior tem relações fora da cidade ou mesmo do país, o circuito inferior é “bem enraizado” (p. 22) e utiliza trabalho intensivo para se concretizar no local.

⁷ A pesquisa do NAU aplicou o questionário, nos domicílios, ao principal responsável pela renda das famílias, porém quando este não estava, o respondente foi o morador presente que ficou como responsável pelos dados fornecidos.

A dimensão deste circuito exige trabalho de campo, pois a definição dos circuitos não é rígida, exige, portanto que se captem suas relações através do “conjunto de atividades realizadas em certo contexto” e que se identifique “o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (p. 42).

O Porto do Rio Grande é uma atividade do circuito superior, trata-se de um polo concentrador de trabalho e de atividades econômicas desempenhando uma função dominante e, embora realize a maior parte de suas atividades localmente, estas "vão integrar-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior" (SANTOS, 2008, p.48). A área de influência do circuito superior não é contínua, porém suas ações repercutem localmente afetando as populações que estão inseridas no circuito inferior.

Segundo Martins (2010; 2011), as demandas por áreas da Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), atendendo as concepções das esferas do governo federal e estadual, recaem sobre a população que mora em faixas de terra próximas ao entorno do porto, banhadas pelas águas do estuário da Laguna dos Patos. Tal população, distribuída nas cinco áreas citadas, está majoritariamente incluída no circuito inferior.

Há uma forte relação do trabalho da população circundante com o porto e a Laguna dos Patos, que se caracteriza em uma conexão entre os dois circuitos da economia. Isso ocorre também nas ocupações envolvidas com a pesca, muito presentes, as quais podem estar tanto diretamente ligadas ao circuito superior, como no caso da pesca industrial para exportação, quanto ao inferior, como os pescadores artesanais. Contudo, há ainda uma subdivisão das ocupações que aparecem quando a escala analisada se detalha as características da população, como o sexo. Isso porque, intrínsecas às relações de trabalho, existem as relações de gênero. Relações sociais de poder historicamente construídas entre mulheres e homens que, conseqüentemente, hierarquizam a sociedade.

Nas áreas, percebemos que essa dicotomia também acompanha os circuitos, sendo as ocupações femininas, em sua maioria, relacionadas ao inferior e as masculinas, ao superior. A maioria das ocupações dos moradores

das áreas pesquisadas está ligada ao trabalho informal, sem carteira assinada, como pequenos comércios com mão de obra familiar ou como eventuais assalariados não registrados.

O trabalho informal é característico do circuito inferior possuindo um recorte de gênero, pois são as mulheres que predominam neste tipo de ocupação com a consequente feminização da pobreza (Anuário das Mulheres Brasileiras, 2011). A divisão sexual do trabalho é uma das causas geradoras da feminização da pobreza. Concordamos com Montali quando afirma que tal divisão

(...) opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais. Dessa maneira, são os conceitos da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero que possibilitam explicar os modos diferenciados de inserção de homens e mulheres no sistema produtivo, bem como as formas de gestão da força de trabalho também diferenciadas por sexo, que nos auxiliam a entender os efeitos diferenciados da reorganização das atividades econômicas sobre o emprego masculino e o feminino (2000, p. 63).

No caso estudado, a ação de projetos nacionais como o PAC e/ou estaduais como a reorganização e expansão de áreas portuárias, relacionam-se com a situação de moradia e de trabalho nas áreas afetadas por estes projetos. Segundo Santos,

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar (2012, p. 141).

Nas áreas passíveis de remoção, a relação entre os dois circuitos da economia é evidente e hierárquica e atinge os moradores de maneira diferenciada segundo suas características. Assim entendemos que a pobreza que se expressa pela localização das pessoas, também se diferencia a partir de relações de gênero. Seguimos Joan Scott, pois consideramos “gênero sob duas perspectivas: como uma categoria de análise que problematiza todas as desigualdades hierárquicas oriundas das diferenças percebidas entre os sexos construídas social e culturalmente, e como um instrumento político para desconstruí-las” (VELEDA DA SILVA, 2011, p. 149). As atividades

diferenciadas pela Divisão Sexual do Trabalho, possuem status social e valor econômico desigual, marcando ocupações femininas - serviços, comércio, trabalho informal, trabalho doméstico - de baixa remuneração e ocupações masculinas – indústria e trabalho formal - de melhor remuneração (MASSEY, 1984).

2. A geografia das áreas de expansão.

Em 2010 havia em Rio Grande 56.818 domicílios particulares permanentes onde residiam 197.228 pessoas, destas 96,05% em domicílios urbanos (Censo Demográfico, IBGE). As cinco áreas pesquisadas são urbanas e possuem 2,9% do total de habitantes, que moram em 3,34% das moradias do município com a seguinte distribuição: Barra Velha, 771 moradias e 2.306 pessoas; Barra Nova, 180 moradias e 493 pessoas; Vila Mangueira, 325 moradias e 968 pessoas; Vila Santa Tereza, 246 moradias e 712 pessoas e Bairro Getúlio Vargas, 379 moradias e 1.250 pessoas. Perfazendo um total de 1.901 domicílios e 5.729 moradores (ver figura 1 e tabela 1).

Figura 1: Rio Grande: áreas portuárias ocupadas por moradores e de interesse da SUPRG para novos investimentos. Imagem Quickbird com adaptação do Geógrafo Paulo Ricardo Salati de Souza. Fonte: MARTINS, 2011.

TABELA 1: Rio Grande, número total de moradores e total de respondentes por sexo das áreas de expansão portuária, 2008-2009.

ÁREAS	Número total de moradores	Número total de mulheres respondentes	Número total de homens respondentes
Barra Regularização	2306	228	457
Barra Nova	493	77	87
Mangueira	968	173	129
Santa Tereza	712	105	133
BGV	1250	165	207
TOTAL	5729	748	1013

FONTE: MARTINS, C. A. Relatórios sobre as áreas de expansão portuária em Rio Grande, NAU/ICHI/FURG, 2008 e 2009. Organização: Andressa Colvara Almeida. Adaptação: João Teixeira.

A localidade da Barra Velha ou Barra foi formada pelos trabalhadores das obras de construção dos molhes que se estenderam do último quartel do século XIX até a segunda década do século XX, constituídos com a finalidade de facilitar a entrada ao porto pelo canal de acesso ao Estuário. A área apresentada no artigo denomina-se Barra Regularização⁸. Trata-se de uma das três tipologias dadas às distintas áreas da localidade da Barra Velha que foram criadas pelo NAU para a realização do levantamento socioeconômico de iniciativa dos moradores do BGV em parceria com a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG). A área com propósito de regularização foi definida pela SUPRG e pela Prefeitura Municipal de Rio Grande (PMRG), sendo uma área pública de ocupação irregular.

Na Barra Nova, considerada nova em relação à Barra Velha, nas proximidades dos molhes da barra e cercada por instalações da Marinha brasileira, pela fábrica de pescado Leal Santos do grupo Arcor e pelo terminal de containeres TECON - Rio Grande S.A., é chamada de “rocinha”. O termo relacionado à favela carioca é considerado pejorativo pelos moradores. O estigma cresceu quando a SUPRG em 2006 cercou áreas da Barra Nova para evitar novas ocupações na área. Com 38% das pessoas que trabalham desempenhando atividades ligadas à pesca e com o surgimento de uma liderança do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), os moradores se organizaram para debater a possível instalação de um terminal para cargas

⁸As outras duas foram denominadas Porto Pesqueiro e dos Estabelecimentos do Setor Pesqueiro.

de celulose. E conseguiram garantir não somente a retirada dos arames, mas canais de comunicação e visibilidade, pois ligam suas moradias ao trabalho na pesca (MARTINS, 2010).

Segundo as administrações portuárias e municipais a localização da Vila Mangueira oferece risco para seus moradores devido a proximidade de terminais e dutos de cargas perigosas. Por isso, somente no final da década de 1990 que ocorre a instalação de equipamentos de uso coletivo. A proximidade do centro da cidade e do acesso a BR-392 que corta o Distrito Industrial; a construção da escola em 1997; a instalação da energia elétrica em 1998 e da água em 2000 com linha de ônibus urbano em 2003; além da inexistência de formalização de projetos para ocupação da área pela SUPRG, contribuíram para a intensificação da ocupação e o fracionamento dos terrenos. Um dado relevante é que 12% das moradias têm sua renda proveniente da pesca (MARTINS, 2011).

O bairro Santa Tereza “situa-se à parte leste da cidade e (...) caracteriza-se como um bairro de trabalhadores” (MARTINS, 1997, p. 14). Isso se dá tanto por sua gênese, ligada aos trabalhadores na construção dos molhes da barra no início do século XX, assim como por sua localização próxima a indústrias, intensificadas entre as décadas de 1920 e 1950, com destaque para a Cia. Swift, a Refinaria Ipiranga e o Porto do Rio Grande (MARTINS, 1997), ainda hoje, os dois últimos empregam muitos moradores do bairro.

O bairro Getúlio Vargas, conhecido como BGV ou “Cedro” e a Vila Santa Tereza são áreas de moradia antigas vinculadas às obras de construção no porto e próximas ao centro da cidade. Segundo Martins (2010), as dificuldades de organização e de enfrentamento da possível desapropriação estão ligadas ao fato de que apenas algumas áreas de cada localidade são indicadas como passíveis de remoção e ao mesmo tempo há a lembrança de remoções sem negociações nas décadas de 1960 e 1970. As lideranças trabalham com moradores divididos entre aqueles que estão em áreas passíveis de remoção e aqueles que tem a garantia de manutenção em suas moradias e as lembranças dos deslocamentos em um passado próximo como um fato e não como um

processo. Uma característica importante destas localidades é o vínculo com atividades portuárias. Segundo Martins (2010) no BGV, 23% dos que responderam o questionário desempenham atividades portuárias e na Vila Santa Tereza este índice é de 10%.

O recorte espacial do BGV⁹ limita-se à área de ampliação portuária que foi definida a partir de negociações entre os agentes envolvidos: a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), a Prefeitura Municipal, os moradores representados pela Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Getúlio Vargas (AMABGV) e o MNLM. Estes agentes indicaram que a delimitação da área do bairro Getúlio Vargas atingida pela expansão portuária compreende uma faixa de 15 metros de largura paralela ao muro do parque automotivo do Porto Novo onde será construída uma avenida ligando a Rua Dom Pedro II até a BR-392 (MARTINS, 2008). Esta faixa abrange uma área densamente povoada, com muitas residências e ruas desalinhadas e estreitas, abertas conforme foi ocorrendo à ocupação.

A seguir, caracterizamos as áreas por meio dos seguintes indicadores: escolaridade; renda familiar; tipo de ocupação e número de filhos no domicílio por sexo do morador¹⁰ que respondeu o questionário socioeconômico. Consideramos que os indicadores selecionados fornecem informações sobre a situação de vulnerabilidade dos moradores das áreas, pois a baixa escolaridade indica uma dificuldade de inserção no mundo do trabalho que tem, como consequência, situações de trabalho precário e informal, repercutindo numa renda baixa. O número de filhos que convive no domicílio representa um indicador importante quando se relaciona com o sexo do respondente e indica uma sobrecarga para as mulheres relativa à tradicional divisão sexual do trabalho, que repercute na possibilidade de acesso e ao tipo de trabalho remunerado de mulheres e homens.

⁹ A situação desta área é detalhada no item 2.5.

¹⁰ Denominado como respondente.

2.1. Escolaridade.

Constatamos que a maioria possui o Ensino Fundamental incompleto, ou seja, tem uma baixa escolaridade, com os valores menores para ambos os sexos na área da Vila Santa Tereza. Esta área também apresenta os maiores valores para aqueles que possuem Ensino Médio completo, com destaque às mulheres (ver tabela 2).

TABELA 2: Rio Grande, nível de escolaridade por sexo dos respondentes das áreas de expansão portuária, 2008-2009, em %.

SEXO	ÁREA	A	EFI	EFC	EMI	EMC	ESI	ESC	NI
MULHERES	Barra Regularização	5	62	8	6	13	2	1	3
	Barra Nova	6	64	8	9	8	1	1	3
	Mangueira	4	63	13	5	14	-	1	-
	Santa Tereza	8	43	10	9	25	1	4	-
	BGV	9	64	10	10	6	-	(*)	1
HOMENS	Barra Regularização	3	68	9	8	10	(*)	1	1
	Barra Nova	9	62	9	9	7	1	-	3
	Mangueira	2	64	14	5	11	1	2	1
	Santa Tereza	2	57	16	8	14	1	1	1
	BGV	7	65	12	6	9	(*)	-	1

FONTE: MARTINS, C. A. Relatórios sobre as áreas de expansão portuária em Rio Grande, NAU/ICHI/FURG, 2008 e 2009. Organização: Andressa Colvara Almeida.

Nota: A=Analfabetos; EFI = Ensino Fundamental Incompleto; EFC= Ensino Fundamental Completo; EMI= Ensino Médio Incompleto; EMC= Ensino Médio Completo; ESI= Ensino Superior Incompleto; ESC= Ensino Superior Completo; NI= Não Informado. (*) valores menores que 1%.

A educação escolar é uma exigência para a entrada no mercado de trabalho. Para as mulheres do bairro Santa Teresa, possuir a formação no Ensino Médio indica uma maior possibilidade de acesso a ocupações formais e melhor remuneradas quando comparadas às outras áreas. O percentual por sexo mostra uma vantagem das mulheres deste bairro em relação às demais áreas. Destacamos que na área do BGV, os homens possuem maior percentual com Ensino Médio completo do que as mulheres, indicando uma vantagem para eles nesta área.

Contudo, ao se tratar do Ensino Fundamental completo, são os homens, em todas as áreas, que apresentam os maiores percentuais. O Polo Naval exige escolaridade formal e provoca uma demanda por trabalho qualificado (para muitas das novas ofertas é exigido apenas o Ensino Fundamental com

formação técnica), principalmente nos setores de metalurgia e construção civil. Assim, dependendo da exigência do empregador para o tipo de ocupação oferecida, os homens possuem maiores possibilidades de ingresso, pois o acesso a tais ocupações ainda obedece à lógica do trabalho sexualmente dividido (CARDOSO, 2012).

2.2 Renda familiar

Os valores da renda familiar das mulheres denotam altos índices de concentração na faixa até um salário mínimo, indicando a segregação ocupacional por sexo, pois a maioria exerce funções de remunerações salariais do circuito inferior. Na Barra Nova, na Mangureira e no BGV esta situação é mais evidente, com mais de 50%. Para os homens, se destaca que os valores percentuais para essa faixa de renda, são inferiores aos das mulheres, sendo que para todas as áreas, as famílias dos homens nesta faixa não passaram de 40% (ver tabela 3). Na Barra Regularização e em Santa Tereza também apresentaram valores mais baixos. Desse modo, as famílias com responsáveis homens, para os casos dos menores salários, possuem menor representatividade.

TABELA 3: Rio Grande, renda familiar em salário mínimo (SM) por sexo dos respondentes das áreas de expansão portuária, 2008-2009, em %.

SEXO	ÁREA	até 1	+ de 1 a 3	+ de 3 a 6	+ de 6	NP	NI
MULHERES	Barra Regularização	30	49	12	2	3	4
	Barra Nova	51	45	3	-	-	1
	Mangureira	59	37	1	-	1	2
	Santa Tereza	36	42	14	4	1	3
	BGV	51	41	4	-	-	4
HOMENS	Barra Regularização	22	55	18	3	(*)	2
	Barra Nova	37	48	4	8	-	3
	Mangureira	39	46	12	1	1	1
	Santa Tereza	22	56	17	1	2	2
	BGV	31	48	14	3	2	2

FONTE: MARTINS, C. A. Relatórios sobre as áreas de expansão portuária em Rio Grande, NAU/ICHI/FURG, 2008 e 2009. Organização: Andressa Colvara Almeida.

Nota: NP= Não possui; NI= Não informado; SM= Salário Mínimo. Em 2008 um SM correspondia a R\$ 415,00; no final de 2009 R\$ 510,00. Em 2012 um SM corresponde a R\$ 622,00.(*) valores menores que 1%.

Segundo Santos, deve haver uma diferença bem clara entre a cultura puramente econômica e aquela do lugar, pois "quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura" (2012, p. 17). O salário mínimo (nacional) não é suficiente nem para o acesso a bens e serviços essenciais, incidindo em uma desigualdade social enorme e tornando a mobilidade social ascendente seletiva e discriminatória (SANTOS, 2008). A propósito do salário mínimo, Santos demonstra que:

A questão do salário mínimo, por exemplo, vem sendo tratada como um problema contábil do interesse das firmas e jamais como deveria ser, isto é, um problema ligado à sobrevivência correta do trabalhador e sua família, uma questão de dignidade (2012, p. 124).

Na faixa entre mais de um a três salários mínimos, se realça que dentro de cada área o percentual dos homens sempre aparece maior que o das mulheres, em contraste à primeira faixa em que ocorreu o contrário. O mesmo também ocorre na faixa de mais de três a seis salários mínimos, o que indica que as famílias em que a mulher se colocou como responsável possuem menor renda e, por consequência, maior participação no circuito inferior.

Os valores menos expressivos são daquelas famílias com respondentes mulheres, que possuem renda mensal superior a seis salários mínimos com 2% na Barra Regularização e 4 % no bairro Santa Tereza. Ou seja, nas áreas da pesquisa, do ponto de vista da remuneração, poucas mulheres pertencem ao circuito superior. Os homens atingem 8% na Barra Nova e 3% nas áreas BGV e Barra Regularização. Na Barra Nova e BGV é possível perceber grande diferença tendo em vista a melhor remuneração dos homens em relação às mulheres.

São poucas as famílias que pela renda pertencem ao circuito superior. Bem ao contrário da quantidade de famílias que nas áreas, tanto com homens quanto com mulheres respondentes, pertencem ao circuito inferior. Milton Santos (2008) não avançou muito neste sentido de atribuir valores aos salários para caracterizar os circuitos espaciais da economia urbana, contudo, as ocupações de cada circuito, são primordiais para a caracterização dialética do trabalho e o espaço urbano.

2.3 Ocupações

A atual configuração do circuito superior faz dele também o abrigo daqueles que conseguiram se inserir no mercado de trabalho com carteira assinada, com direitos trabalhistas garantidos, com plano de saúde privado, educação de qualidade (FLORES, 2012, p. 6). Nas áreas em questão, atingidas pela expansão portuária, os percentuais das ocupações de homens e mulheres denotam uma desigualdade por sexo entre os pertencentes do circuito superior. Na análise por área dos empregados com carteira assinada, a representatividade dos homens é sempre maior que das mulheres. O que ocorre também no caso dos autônomos formais, com exceção de Santa Tereza.

TABELA 4: Rio Grande, tipo de ocupação por sexo dos respondentes das áreas de expansão portuária, 2008-2009, em %.

SEXO	ÁREA	ECC	ESC	AF	AI	DES	APO	NT	DO LAR	NI
MULHERES	Barra Regularização	18	15	6	13	6	33	-	5	4
	Barra Nova	6	25	16	14	4	13	-	21	1
	Mangueira	14	6	2	20	16	17	1	24	(*)
	Santa Tereza	25	13	12	9	10	26	-	1	4
	BGV	19	10	1	28	20	17	-	2	3
HOMENS	Barra Regularização	46	9	14	12	2	15	-	-	2
	Barra Nova	25	7	39	21	-	7	-	-	1
	Mangueira	23	12	16	23	6	19	-	-	1
	Santa Tereza	34	20	11	10	4	17	1	-	3
	BGV	29	21	6	26	5	12	-	-	1

FONTE: MARTINS, C. A. Relatórios sobre as áreas de expansão portuária em Rio Grande, NAU/ICHI/FURG, 2008 e 2009. Organização: Andressa Colvara Almeida.

Nota: ECC= Empregado(a) com carteira assinada; ESC= Empregado(a) sem carteira assinada; AF= Autônomo(a) formal; AI= Autônomo(a) informal, DES= Desempregado(a); APO= Aposentado(a)- (incluindo-se pensionistas); NT= Não trabalha; NI= Não Informado. (*) valores menores que 1%.

Além da falta de seguridade social do trabalhador, se concentram no circuito inferior aqueles que possuem baixa escolaridade e pouca possibilidade de ascensão social. No geral, homens e mulheres das áreas estão neste

circuito, com algumas variações. Por exemplo, no caso dos empregados sem carteira assinada, as mulheres da área da Barra Nova têm grande representatividade com 25% e os homens com um dos menores valores, 7%. No BGV, são os homens (21%) com maior presença em relação às mulheres (10%). No caso dos autônomos informais, se destaca os valores maiores no BGV em contraste aos baixos de Santa Tereza para ambos os sexos.

Os censos trabalham com estatísticas e, portanto, utilizam conceitos generalizantes. Consideramos que, ao analisarmos de um modo específico cada ocupação e renda a partir de uma escala local, neste caso, pelas áreas do estudo, contribuímos para uma reflexão mais acurada dos circuitos espaciais da economia urbana. Assim foi possível encontrar na análise dos dados, homens e mulheres exercendo diversas ocupações: domésticas, cabeleireiros, costureiros, pescadores industriais, artesãos, pescadores artesanais, secretários, produtores rurais, guias de turismo, diaristas, *motoboys* e manicures. Muitas destas atividades representam a característica flexível do trabalho no circuito inferior.

As ocupações exercidas no espaço doméstico, identificadas pelos respondentes como “do lar”, são exercidas apenas por mulheres, refletindo a divisão sexual do trabalho das sociedades patriarcais. Na Barra Nova e na Mangureira, os casos chegaram acima de 20%. Com relação aos desempregados, em todas as áreas as mulheres apresentaram mais que o dobro dos valores percentuais dos homens.

Com exceção da Mangureira, sempre há maior valor para casos de pensionistas e/ou aposentados para as mulheres, sendo duas as possíveis explicações: a maior expectativa de vida das mulheres e o recebimento de pensões em casos de separação. O número de pensionistas e/ou aposentados, não são suficientes ou até mesmo necessários para caracterizar um ou outro circuito. Eles somente participarão de um circuito no que tange ao consumo, e não é possível fazer uma conexão efetiva entre consumo e circuitos. Além do mais, não é este o objetivo do presente artigo, desse modo, entendemos que participam de ambos os circuitos de acordo com a conveniência da oferta e da procura por bens materiais.

Porém, para a produção do espaço (SANTOS, 2008), precisamos de mais um elemento para subsidiar a sua essência. A quantidade de filhos residentes morando no mesmo domicílio é responsável por uma diversificação efetiva no que tange as possibilidades de emprego associados às cargas extras de trabalho dos responsáveis.

2.4. Números de filhos residentes no domicílio.

Os dados apresentados na tabela 5 indicam que a maioria das famílias que possuem filhos residentes no domicílio é aquela em que as mulheres foram respondentes. Isso é demonstrado nos percentuais de ausência de filhos que, com exceção da Barra Regularização, nas demais áreas, apresentam para as mulheres respondentes maiores valores. Isso pode demonstrar que os filhos permanecem com as mães em caso da não convivência dos pais no mesmo domicílio. Isso também pode refletir em uma maior sobrecarga de trabalho às mulheres, já que a elas acaba sendo deixada a responsabilidade do cuidado dos filhos, pois muitas também possuem trabalho remunerado; assim havendo dupla ou tripla jornada de trabalho.

Os domicílios da Barra Regularização com dois, três e quatro filhos residentes apresentam valores menores para as mulheres, sendo a área com maior percentual de apenas um filho residente para todas as áreas em ambos os sexos. Domicílios com quatro filhos na Barra Regularização, Mangureira e Santa Tereza possuem valores menores para as mulheres, podendo indicar que um maior número de filhos impõe ao pai maiores responsabilidades, pois convive com eles no mesmo domicílio. Ou ainda que, por razões financeiras, já que a responsabilidade do pagamento da pensão alimentícia aos filhos em grande parte cabe ao cônjuge masculino, mantê-los na mesma residência acaba se tornando mais favorável.

TABELA 5: Rio Grande, filhos residentes no domicílio por sexo dos respondentes das áreas de expansão portuária, 2008-2009, em %.

Número de filhos residentes		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
SEXO	AREA										
MULHERES	Barra Regularização	29	36	24	8	1	1	1	-	-	-
	Barra Nova	32	34	20	9	1	4	-	-	-	-
	Mangueira	30	25	20	17	3	2	2	1	-	-
	Santa Tereza	33	35	22	9	1	-	-	-	-	-
	BGV	23	27	23	11	8	4	3	1	-	-
HOMENS	Barra Regularização	28	30	26	11	14	1	(*)	(*)	-	(*)
	Barra Nova	52	24	17	4	1	2	-	-	-	-
	Mangueira	47	26	12	8	5	1	-	-	1	-
	Santa Tereza	47	28	17	4	3	-	1	-	-	-
	BGV	33	24	20	4	7	5	3	1	-	-

FONTE: MARTINS, C. A. Relatórios sobre as áreas de expansão portuária em Rio Grande, NAU/ICHI/FURG, 2008 e 2009. Organização: Andressa Colvara Almeida. Nota: (*) Valores menores que 1%.

2.5. O bairro Getúlio Vargas (BGV):

A área do BGV se destaca pela iniciativa dos moradores, que por intermédio dos líderes do bairro, solicitaram ao NAU a realização do levantamento socioeconômico que serviu de instrumento para as negociações e a conquista de novas moradias em área próxima ao antigo local, servindo como exemplo para as lideranças das outras áreas. Em consequência desta mobilização, os moradores lograram a construção de novas casas no próprio bairro e em área mais próxima do centro da cidade (figuras 2, 3 e 4).

Figura 2: casas da área de expansão do BGV junto ao muro da SUPRG. Acervo do NAU, 2007.

Figura 3: construção das novas moradias no BGV, o Residencial Getúlio Vargas I. Foto de Susana Silva, 2011.

Figura 4: placa relativa ao Residencial Getúlio Vargas I. Foto de Susana Silva, 2011.

Em especial, esta área pode ser analisada a partir da relação entre chefia familiar e ocupações, já que todos os 372 respondentes ao questionário (ver tabela 1) eram os responsáveis pela família. Para a área, os dados analisados demonstraram a relação entre a responsabilidade familiar feminina (chefia) e a ausência de um companheiro. Inferimos que somente 28% das mulheres que vivem com um companheiro declararam-se como responsáveis por sua família; para os homens o percentual foi de 74%. Essa relação demonstra o quanto a chefia masculina ainda é considerada como a “correta”,

para o arranjo familiar, já que somente na ausência de um cônjuge/companheiro masculino as mulheres colocaram-se na responsabilidade familiar. Isso porque é ainda presente a lógica patriarcal que estabelece ao homem as responsabilidades sobre a família perante a sociedade.

A área de remoção do BGV se diferencia das demais, pois as habitações dos moradores serão mantidas no bairro, em uma área mais próxima ao centro da cidade. Porém, ressaltamos que para as mulheres, a importância da relação ocupação/local de moradia, é menor se comparada a dos homens, pois o tipo de atividade que exercem pode adaptar-se devido à informalidade e o tipo de atividade que não depende tanto da localização do domicílio. As famílias de chefia masculina teriam maior prejuízo, pois são os homens que mais dependem do local de moradia para o trabalho, considerando a formalidade de suas ocupações envolvidas, principalmente, com a área portuária.

Pelo quadro demonstrado na pesquisa, as mulheres da área ainda estão sujeitas a velhos papéis do trabalho feminino, não sendo inseridas em todos os espaços produtivos que se ampliam com os investimentos do PAC e do Polo Naval. Isso as ceifa de possibilidades de melhoria na situação laboral e conseqüentemente da melhoria das condições da família pela qual se responsabiliza.

Destacamos as ocupações dos questionados, levando em conta seu local de trabalho e notamos que grande parte trabalha, principalmente, em três locais: no BGV, na área portuária ou no centro da cidade, que é próximo ao bairro.

A análise dos dados referentes às ocupações mostrou que grande parte das ocupações masculinas está ligada ao porto de Rio Grande¹¹, enquanto que se limita a um caso¹² a presença feminina na área portuária. É perceptível uma

¹¹ Estão incluídas as ocupações: gestor de cooperativa, ajudante de armazenagem, eletricista, esmerilhador, lixador de peças de metal, pintor e montador de estruturas metálicas, encanador, soldador, auxiliar de operador de guincho, operador de trator de pátio, estivador/arrumador/portuário, operador de carga e descarga e serviços gerais, com um total de 78 casos.

¹² Um dos quatro casos da ocupação classificada como serviço de limpeza (não doméstico).

divisão sexual do trabalho pelas ocupações, pois às mulheres ficam concentrados nos serviços que remetem ao trabalho reprodutivo ou ligados ao atendimento ao público, tais como: lavadeira, doméstica,¹³ balconista, vendedora, cozinheira, tarefeiras nas fábricas de peixe e ambulantes catadoras de material reciclável¹⁴.

Os homens, em 18 casos, ocupam atividades na construção civil, como pedreiro, pintor, carpinteiro e eletricitista. Nas fábricas de pescado, para os homens, há maior variedade de ocupações - dois balanceiros; quatro descarregadores de pescados; quatro tarefeiros e cinco nos serviços gerais -, do que nos casos femininos: dezenove tarefeiras e quatro nos serviços gerais. As famílias das mulheres respondentes estão em desvantagem socioeconômica, principalmente se levarmos em consideração que há uma exclusão espacial do trabalho feminino no porto, pois mesmo com a proximidade, ainda há a supressão historicamente construída do trabalho feminino em áreas portuárias. Estas atividades proporcionam o maior número de empregos formais para os homens, pois 40 dos 73 que responderam do sexo masculino com trabalho formal no BGV, eram trabalhadores da área portuária. Área que está recebendo investimentos que, por consequência, proporcionará melhoria às famílias com chefia masculina, pois restará às mulheres as atividades informais e precárias que lhe são oferecidas ao entorno das moradias.

3. Considerações finais.

Os dados analisados demonstram que a população das áreas pesquisadas tem, em geral, baixa escolaridade com a maioria sem o Ensino Fundamental completo, além de possuir baixa renda familiar. Porém, é preciso salientar que em três das cinco áreas - BGV, Mangueira e Barra Nova - as famílias que têm mulheres como responsáveis, apresentaram mais da metade de casos de renda familiar de máximo um salário mínimo mensal. Para os

¹³Entre diaristas, domésticas e lavadeiras no serviço doméstico foram 29 casos.

¹⁴Destacamos que entre os trabalhadores que sobrevivem da reciclagem, cinco são mulheres e dois são homens.

homens esta situação (percentual acima de 50%) não ocorreu em nenhuma das áreas.

Em todas as áreas, rendas com mais de seis salários mínimos, tiveram pouca representatividade para os homens e, para as mulheres, ficaram restritas às áreas Santa Tereza e Barra Regularização. Percebemos que, se tratando de renda, estas duas áreas foram as que demonstraram melhor situação para ambos os sexos, comparando-se às demais áreas. Assim, se destaca a renda das famílias das mulheres, lembrando que o levantamento buscou realizar a pesquisa com o principal responsável pela renda familiar. Enfatizamos, portanto, as diferenças entre as rendas das famílias das mulheres e dos homens respondentes. Portanto, verificamos que as famílias das mulheres possuem menor renda quando comparada ao responsável masculino.

Vimos a caracterização de ambos os circuitos da economia urbana. Em todos os bairros a população praticamente se concentra no circuito inferior. Contudo, o percentual médio de homens no circuito superior é maior do que os das mulheres, e menor quando no circuito inferior. O que reflete uma mobilidade social ascendente seletiva e discriminatória para ambos os gêneros, mas marcante para as mulheres pelas condições de reprodução das relações hierárquicas de gênero em uma sociedade que ainda possui resquícios do patriarcado.

O indicador do número de filhos residentes no domicílio reflete desigualdades entre homens e mulheres. O tempo de trabalho dedicado à criação dos filhos demonstra a sobrecarga das mulheres que, em sua maioria, estão inseridas no mundo do trabalho remunerado. A divisão sexual do trabalho tradicional é evidente cabendo as tarefas reprodutivas à população feminina que acumula jornadas de trabalho.

Como pudemos ver, grande parte das famílias pode ser considerada pobre, pois está inserida no circuito inferior e possui uma renda baixa. A diferença de renda entre homens e mulheres é, também, reflexo da concentração dos homens em postos de trabalho formais e das mulheres nos informais. Da população pobre fazem parte “aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados o mínimo

indispensável numa certa sociedade" (SANTOS, 2008, p.49). Esta população que participa, vive e trabalha no circuito inferior está presente neste sistema pela quantidade e pela variedade de ocupações, ligadas à informalidade e à renda baixa comum a este subsistema. Esta variedade é possível e é possibilitada pelas diferentes formas de adaptação e respostas deste circuito às modernizações da economia.

Em todas as áreas passíveis de expansão, atividades ligadas ao porto e/ou a pesca conformam meio de sobrevivência de muitos moradores pesquisados. Como é o caso das fileteiras, mulheres que se encarregam da limpeza e do corte do pescado em filés capturado por pescadores artesanais ou industriais, o que demonstra também uma divisão sexual do trabalho.

O comércio, por sua vez, "ocupa um grande número de pessoas" (SANTOS, 2004, p. 209). Nas áreas pesquisadas a baixa exigência de qualificação e capital frente à facilidade de ingresso nesta atividade justificam a ocupação em pequenos comércios geralmente familiares. Em geral, as atividades do comércio no circuito inferior são uma oportunidade de acesso tanto a bens quanto a serviços para aqueles que "não têm acesso aos serviços do circuito superior." (SANTOS, 2008, p.350).

Por fim, o Brasil depois de décadas perdidas e sucessivas lutas contra a dívida externa e a inflação está em uma fase de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico, por sua vez, trás também novos dilemas nas relações socioespaciais. Como desenvolver-se economicamente e ao mesmo tempo propiciar condições dignas à população mais pobre numa escala local. As implicações analisadas no presente artigo são das relações de trabalho e de gênero nos circuitos da economia urbana. No caso das áreas de expansão portuária de Rio Grande, existe uma divisão do trabalho acentuada indicando uma feminização da pobreza. Entendemos que a relação dialética dos circuitos do capital, superior e inferior, se dá no local, trazendo consequências para a relação local de moradia e o trabalho.

Referências

CARDOSO, Adriana L. Um lugar de resistência: processo de remoção dos moradores das Barraquinhas. *In: CaderNAU*, Rio Grande, v. 4, n. 1, 2010/2011. p. 95-103.

CARDOSO, Adriana L. **A condição do trabalho feminino no Polo Naval do Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio Grande: FURG, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Anuário Das Mulheres Brasileiras**. São Paulo (SP). 2011.

FLORES, João Batista Teixeira. **Mulheres Chefes de famílias, políticas públicas e cidadania**: o contraste com a realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). 2012 (no prelo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Notas Metodológicas**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em dezembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em dezembro de 2011.

MARTINS, César. A. A. et al. **RELATÓRIO BGV-NAU Georeferenciamento do Bairro Getúlio Vargas**: delimitação topográfica com implantação de marcos físicos no terreno e mensuração da área atingida pela expansão portuária, Rio Grande, FURG, 2008.

MARTINS, César. A. A. “Morar e habitar em áreas portuárias na cidade do Rio Grande-RS, Brasil” *Scripta Nova*
Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales
Universidad de Barcelona. Vol. XIV, núm. 331 (30), 2010

MARTINS, César. A. A. “Pesquisar Moradias em áreas portuárias: alguns caminhos e muitos percalços”. *In: MARTINS, C. a. A.; MARTINS, S. F. e VELEDA DA SILVA, S. M. Quintas Urbanas: Cidade e Possibilidades*. Rio Grande: NAU/FURG, 2011.

MARTINS, Solismar. F. **A visão dos moradores sobre o planejamento urbano**: um estudo do bairro Santa Tereza – Rio Grande- RS. Dissertação de Mestrado. Rio Grande: FURG, 1997.

MASSEY, Doreen. **Spatial divisions of labour: social structures and the Geography of production**. Londres: Macmillan, 1984.

MONTALI, Lilia. Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: Ausência de Políticas de Emprego e Deterioração das Condições de Vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** vol.15 n.42. São Paulo, fev., 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (1979). 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. **Mulheres e trabalho**: novos e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria e SILVA, Augusto César Pinheiro da. Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras (Orgs.). Ponta Grossa, Todapalavra, 2011.

Recebido em 30/01/2012.

Aceito em 16/09/2012.